

ARTIGOS ORIGINAIS

# Extrativismo epistêmico no Brasil

Epistemic extractivism in Brazil

Érico Andrade

<https://orcid.org/0000-0003-4956-7713> – E-mail: ericoandrade@gmail.com

## RESUMO

O artigo introduz o conceito de extrativismo epistêmico para criticar a forma como saberes dissidentes (especialmente do Brasil) são apropriados por teorias hegemônicas (filosofia e psicanálise ocidentais) sem reconhecer sua radicalidade descolonial. O artigo argumenta que essa prática descontextualiza e neutraliza críticas anticoloniais, transformando-as em “*commodities* acadêmicas” a serviço da branquitude.

**Palavras chaves:** Extrativismo epistêmico. Descolonização. Hegemonia. Branquitude.

## ABSTRACT

This paper introduces the concept of epistemic extractivism to criticize the way in which dissident knowledge (especially from Brazil) is appropriated by hegemonic theories (Western philosophy and psychoanalysis) without recognizing its decolonial radicalism. The article argues that this practice decontextualizes and neutralizes anti-colonial critiques, transforming them into “academic commodities” at the service of whiteness.

**Keywords:** Epistemic extractivism. Decolonization. Hegemony. Whiteness.

## Introdução

O termo epistemologia é usado com frequência em diferentes níveis e para diferentes objetos ou mesmo fenômenos. A variação do seu uso é notável e é possível questionar se esses termos guardam algum significado em comum, mesmo que por semelhança de família, considerando toda a variação do seu uso. No que diz respeito ao aspecto social do conhecimento, os trabalhos de José Medina, Sandra Harding e Miranda Fricker abriram um flanco quanto ao caráter social das formas de legitimação e validação do conhecimento. O campo da epistemologia social, especialmente na tradição anglo-saxã, trouxe à tona a complexidade do modo como fornecemos justificativas para a nossa produção de conhecimento. Em linhas gerais, é possível afirmar que parte da tarefa de epistemologia social consiste em apontar para uma ética (ou mesmo política) na forma de tornar determinado conhecimento confiável em detrimento de outros.

Nesse sentido, não apenas a produção do conhecimento, mas igualmente a sua justificativa pode cometer injustiças epistêmicas, as quais estão ligadas à assunção de condições desiguais no que concerne à determinação da validade do conhecimento. Essa desigualdade, *grosso modo*, é o que tem sido motivo de denúncia das epistemologias sociais, com destaque para as epistemologias feministas, quanto aos vieses históricos e políticos nas abordagens responsáveis por determinar a confiabilidade do conhecimento. Talvez, seja possível afirmar que com a epistemologia social a neutralidade da epistemologia foi posta em xeque de forma radical.

O meu artigo pretende oferecer um passo a mais neste debate. Vou introduzir o conceito de extrativismo epistêmico [desenvolvido inicialmente por Grosfoguel numa articulação mais geral com o extrativismo econômico e ontológico promovidos pelo Norte Global em relação a saberes do Sul Global (2016)] no âmbito mais específico da filosofia e da psicanálise. Meu ponto é que parte de certos estudos contemporâneos, especialmente na psicanálise e na filosofia, dialogam com epistemologias dissidentes ou com algumas epistemologias do Brasil de um modo extrativista. Esse extrativismo será caracterizado por mim de um modo duplo e seguirei, ao contrário de Grosfoguel, num debate estrito com o território brasileiro, fazendo antes uma incursão no pensamento de Frantz Fanon. Por um lado, o extrativismo estaria presente na falsa simetria entre saberes dissidentes e saberes canônicos, como se as questões descoloniais se referissem apenas a uma demanda por inclusão no cânone ou em no seio de determinados campos como, por exemplo, a teoria crítica, psicanálise e etc. Por outro lado, o extrativismo epistêmico se caracteriza pela apropriação epistêmica de determinadas temáticas, historicamente excluídas dos conhecimentos acadêmicos, como se a superposição conceitual de categorias descoloniais e categorias canônicas pudessem coabitar sem qualquer conflito ou mesmo impossibilidade. Aliás, raramente a questão da própria comensurabilidade entre essas propostas é posta e as questões éticas sobre esse procedimento extrativista da pesquisa científicas são muitas vezes negligenciadas como aponta brilhantemente Wanderson Flor do Nascimento (Nascimento, 2020).

Para apresentar a pertinência do conceito de extrativismo epistêmico do modo preciso como estou propondo aqui, bem como a sua implicação para as áreas de humanidade, especialmente a filosofia e a psicanálise, não irei fazer uma espécie de taxionomia das posições descoloniais. Pretendo recuperar uma espécie de semelhança de família entre algumas delas; com destaque para algumas que tenho dialogado, como a obra de Fanon, e que acredito que colocam em xeque as teorias canônicas e ocidentalizadas. Essa será a primeira parte do meu

artigo. Na segunda parte do artigo, eu não vou percorrer, obviamente, todas as obras canônicas nas áreas que tenho atuado. Vou mostrar apenas que algumas obras, que incorporam uma literatura descolonial, não levam em consideração que a crítica descolonial é radical ao ponto de não propor uma espécie de democracia epistêmica – o que poderia ser considerado, talvez, uma reatualização da democracia racial no nível epistemológico –, mas um enfrentamento das posições de poder que fizeram as teorias europeias governarem as instituições acadêmicas do Brasil desde o início da colonização. Na terceira e última parte do artigo, vou argumentar contra a solução de realizar leituras filosóficas e psicanalíticas a respeito de conceitos da cultura negra e indígena como se houvesse um patamar de congruência entre teorias, produzidas por pessoas racializadas como brancas, e saberes assentados em práticas dissonantes da tradição ocidental.

## Descolonização: o fim da hegemonia ocidental

A obra de Fanon é um centro de gravidade no que podemos chamar de crítica à colonização. Ele passou a ser um autor quase obrigatório no que concerne à crítica à colonização e a sua obra foi mobilizada por vários estudos que tentam – pela métrica do ocidente – compreender a extensão dessa crítica, assim como a sua profundidade. Contudo, muitas das análises da obra de Fanon desconsideram que o seu ponto é subverter a manutenção do privilégio epistêmico de determinadas correntes teóricas em face da análise de certos fenômenos. Por exemplo, algumas abordagens da teoria crítica tentam incorporar o pensamento de Fanon à teoria crítica ou tentam colocar Fanon como psicanalista entre outros, desconsideram que Fanon é enfático ao ponto de propor a substituição da psicologia do branco por uma psicologia do negro (Andrade, 2023; Andrade; Klein, 2025). A sua obra não pretende ser uma correção pontual na perspectiva ocidental da teoria crítica. Uma espécie de reforma no seio da colonização.

Notadamente, a obra de Fanon não tem o intuito de ampliar o escopo da teoria crítica no modo de uma espécie de reforma das humanidades. Isto é, não está em jogo para Fanon mostrar pontos que a teoria crítica não alcançou para que ela possa enfim alcançar ou mesmo que a psicanálise possa se refazer para ser mais ampla. A sua crítica ao universal é radical porque ela não visa apenas à denúncia de que Fanon como homem negro “não se reconhece na categoria de homem”. O foco de sua crítica está na própria construção da universalidade para além de qualquer categoria específica, como humanidade, por exemplo, que possa ser enunciada como universal pela branquitude. Ou seja, a crítica não é para o homem negro participar do universal, como se a categoria neocolonial de “inclusão” pudesse simplesmente apagar a construção racista da noção de humanidade europeia. O seu projeto é mais audacioso, como nos ensina Deivison Faustino, porque ele visa à dissolução da pretensão da possibilidade do enunciado do universal a partir de um único território específico (Faustino, 2018).

Apenas nesse sentido é possível compreender as críticas de Aimé Césaire, que fortemente inspiraram Fanon, à Europa, pois quando ele afirma que “a ‘Europa’ é moral, espiritualmente indefensável” (Césaire, 1955, p. 10) o seu ponto é que a formulação da civilização está na base da colonização promovida pela Europa e nela está contida a prerrogativa expansionista do pensamento europeu. É, por isso, que o “bem-estar” da Europa está diretamente ligado à exploração colonial dos povos não brancos (Fanon, 2020b, p. 89), de sorte que o humanismo, como dizia Césaire, não guarda diferenças substanciais do fascismo (Césaire, 1955, p. 33). Fanon e Césaire convergem para a compreensão de que a Europa é a responsável pela criação do “ter-

ceiro mundo” (Fanon, 2020b, p. 94) e que a construção da universalidade como dispositivo de racialidade, permitam-me o recurso ao conceito de Sueli Carneiro, de exploração e espoliação dos povos (Carneiro, 2023).

Para Fanon, não há outra forma de combater a colonização senão pela destruição do legado colonial. Não se trata de procurar um lugar na civilização europeia ou na sua compreensão do que seja o humano, como se essa concepção contivesse um simples erro de rota e não fosse ela mesma criada para justificar a dominação europeia de outros territórios. A obra de Fanon, ao contrário do que uma leitura ocidentalizada do seu pensamento pode sugerir, não clama por uma espécie de inclusão. Nesse sentido preciso, ele irá propor tanto a substituição “de uma ‘espécie’ de homem por outra ‘espécie’ de homem” (Fanon, 2020a, p. 28) como uma “substituição da dialética quando se passa da psicologia do branco ao negro” (Fanon, 2020b, p. 166). Ou seja, não se trata de uma procura por inclusão ou assimilação, mas por uma perspectiva revolucionária que se estende do campo político ao epistêmico com o mesmo propósito de retirar o pensamento colonial do centro das reflexões produzidas pelos povos colonizados (Faustino, 2018).

É importante não retirar ou mesmo relativizar o caráter revolucionário da obra de Fanon, no que consiste, aliás, em outra estratégia extrativista. Isto é, a obra de Fanon, seguindo o raciocínio e profundo estudo realizado por Faustino, não propõe uma conciliação com o legado do colonizador, mas a sua destruição (Faustino, 2018). Para Fanon, a destruição do mundo colonial “é precisamente abolir uma zona, enterrá-la no mais profundo do solo ou expulsá-la” (Fanon, 2020b, p. 32).

A forma como a destruição do mundo colonial será empreendida será por uma violência pelo menos proporcional à violência perpetrada pela colonização com as suas “baionetas e canhões” (Fanon, 2020b, p. 28). Fanon é límpido quando assevera que só pela força se dá processo de descolonização (Fanon, 2020b, p. 66) porque “o homem colonizado se liberta na e pela violência” (Fanon, 2020b, p. 77). Longe de ser uma apologia arbitrária da violência, o ponto de Fanon é a promoção de um reequilíbrio na balança das relações entre a metrópole e a colônia. Não há como fazer isso sem retirar a centralidade da Europa. Isto é, não se trata de ser incluído no cânone, fundado pela Europa, mas de destruir a própria pretensão europeia de estabelecer o seu humanismo como padrão de humanidade.

É nessa mesma direção, que outro autor, presente em vários textos na forma de um suposto diálogo, é evocado sem que se considere a radicalidade de sua crítica. Estou me referindo a Ailton Krenak. Mais do que a palavra escrita, é a postura e a oralidade que marcam a força descolonizadora do pensamento de Krenak. Numa entrevista que Krenak oferta a um documentário (Guerras do Brasil) ele diz para o seu entrevistador, um homem branco, que está em guerra contra o seu povo. O Brasil, aliás, é um erro quando pensado na perspectiva certas posições indígenas porque a colonização deixou um legado irreversível, uma “dívida impagável”.

Novamente, o que está em jogo não é um lugar, como costuma dizer Krenak, “no clubinho da humanidade”, mas uma destruição do legado europeu no que diz respeito ao seu poder, auto outorgado, de determinar a noção de humanidade. Lembro-me de uma conversa com Krenak que quando perguntado por mim sobre o que ele achava da filosofia ocidental ele me respondeu “uma merda”. Aquilo que é uma “merda” é, seguindo o raciocínio de Krenak, é a formação do clubinho que a filosofia promove e que o legado colonial impõe como modelo de humanidade.

Ademais, o pensamento indígena, em algumas das suas variações, refere-se ao europeu especialmente como o “homem branco” com intuito, entre outras coisas, de denunciar que o universal tem uma cor e um modo determinado de agir sem que isso implique uma espécie de pleito por uma inclusão na cultura ocidental. Ou seja, os diálogos e escritos, dos muito citados

Krenak e Davi Kopenawa, não tem como objetivo um processo de inclusão no que o ocidente estabeleceu como cânone do pensamento, mas uma crítica radical à própria construção da humanidade europeia. Não há uma demanda por justiça nos padrões de justiça elaborados pela colonização, mas um apelo à existência sem a centralidade da colonização. Se não é correto o uso preciso da palavra descolonização para esse caso, é certo que se trata de colocar em xeque aquilo que do ocidente se impôs, na sua forma colonial, como padrão de humanidade.

É na mesma direção de uma crítica radical ao ocidente que a sabedoria de Nego Bispo é mobilizada como uma arma numa guerra contracolonial. Figurando em epígrafes de teses e dissertações nas áreas de psicanálise e filosofia sem que a sua obra seja citada nesses trabalhos, nem muito menos discutida, as considerações de Nego Bispo sobre a colonização se prestam ao fortalecimento de confluências entre o quilombo e as favelas para fazer o “asfalto derreter” (Bispo, 2023, p. 31). Ou seja, o seu interesse não é iluminar os limites do pensamento canônico, nem mesmo disputar uma espécie de protagonismo neste cânone. O seu ponto é que a própria política é um instrumento colonial que determina os modos de ser “da vida alheia” (Bispo, 2023, p. 31). O que Nego Bispo tenta traçar é uma linha que divide práticas radicalmente distintas de lidar com a existência.

Não é um desejo de integração no cânone ou no ocidente que move Nego Bispo ou mesmo uma procura por ser reconhecido como humano nos mesmos moldes do humanismo europeu. Aliás, a única forma de paz para Nego Bispo é os colonialistas viverem, “desde que vivam com o sol deles e não venham roubar o nosso sol” (Bispo, 2023, p. 40). Nesse ponto, é que a inclusão pode ser considerada uma questão e não uma possibilidade de caminho. Em outras palavras, não se trata de procurar uma inclusão no seio do ocidente, mas de um reconhecimento de que o ocidente é um caminho inverso ao caminho do quilombo.

O que serve de esteio para Nego Bispo é a prática comunitária do quilombo em contraponto à prática acadêmica. Por isso, os saberes acadêmicos são postos como aquilo que se apropria dos saberes quilombolas para os tornar mercadorias. É o que ocorre com a ecologia na sua expressão acadêmica, visto que “as universidades são fábricas de transformar os saberes em mercadorias e a agricultura quilombola não é mercadoria. Mas os saberes considerados válidos são aqueles que a universidade converte em mercadoria” (Bispo, 2023, p. 76). O risco de que uma citação de Nego Bispo esteja presente numa obra acadêmica é de que ela funcione segundo a lógica da apropriação cultural que é uma das facetas do neocolonialismo. Isto é, a obra de Nego Bispo carrega no seu ímpeto uma denúncia de que ela não pode ser apropriada como fosse possível retirá-la do seu território e colocá-la num laboratório.

É evidente que há outros autores e autoras colocados em textos, especialmente nas áreas de filosofia e psicanálise, sobre as quais meu artigo se concentra, que poderiam figurar no que eles se opõem à noção de humanismo (humanidade) ocidental. O foco que realizei nesses autores nem torna possível a compreensão de que eles guardariam entre si uma convergência ou mesmo que eles estão apostando num mesmo modo de lidar com o legado colonial. O meu ponto com a apresentação desses autores é para justamente mostrar que posições contrárias ao colonialismo não precisam coincidir (o que torna menos relevante se se trata de posições descoloniais, pós-coloniais e/ou contracoloniais) para se constituírem como uma crítica que coloca em xeque a colonização não de modo lateral, mas no seu elemento mais fundamental, a saber: o domínio e hegemonia epistêmica na consolidação do conhecimento e da própria noção de humanidade. Abordagens que recorrem a esses autores ou mesmo a outros autores e autoras igualmente críticos da colonização e que não consideram a radicalidade de suas críticas muitas vezes operam no que estou definindo neste artigo como extrativismo epistêmico sobre o qual irei me deter agora.

## Extrativismo epistêmico: obras fora do contexto

As posições descoloniais tendem em geral a não transigirem em relação à crítica radical à colonização. As suas diferenças, ou melhor os seus diferentes territórios, apontam para diferentes maneiras de lidar com o legado colonial, mas não há, no que diz respeito à crítica à colonização feita por parte dos corpos não brancos, um apontamento para um processo de conciliação com o legado do colonizador. O destaque dado no meu artigo a posições epistemológicas produzidas por corporeidades indígenas e negras é no fito de sublinhar que elas não guardam compromisso com o legado europeu.

É evidente que isso não significa, especialmente no caso de Fanon, que não seja possível dialogar com pensamentos produzidos no Norte Global. Em conversa comigo, Krenak reconhece no pensamento de Nietzsche e mesmo Sartre uma crítica minimamente interessante ao Ocidente justamente porque, por razões variadas, eles questionam o projeto ocidental e no caso mais específico de Sartre a própria branquitude. O diálogo, uma vez (im)posta a colonização, não é algo que está na esfera do facultativo, afinal, não podemos simplesmente esquecer o que nos foi imposto. Como também não nos é facultativo falar e escrever na língua portuguesa quando fomos alfabetizados nesta língua. O ponto não é esse.

O que a tradição não branca em geral está pondo em xeque quanto ao legado colonial é a hegemonia epistêmica da branquitude no campo da prática e do conhecimento. É, nesse sentido, que podemos formular a pergunta: em que medida o diálogo feito, especialmente pela branquitude, com essas obras e cosmopercepções leva em consideração a possibilidade do “fim” do ocidente? Considerando que o ocidente se confunde com o legado colonial – são as expedições marítimas europeias que impõe a colonização das Américas – como teorias ocidentais poderiam estabelecer um diálogo com perspectivas descolonias ou contracoloniais cujo ponto é a quebra da hegemonia da branquitude ou da supremacia branca. Se há um ponto de possível convergência entre as diferentes posições descolonias arroladas no meu texto, ele repousa justamente no insistente caráter inconciliável das posições descolonias ou contracoloniais com o legado europeu.

Trabalhos que não partem dessa diferença abismal tendem a realizar uma espécie de superposição de temas que colocam lado a lado posturas epistêmicas fortemente dissonantes em prejuízo, e esse é o meu ponto, das perspectivas descoloniais e/ou contracoloniais. Esse tipo de abordagem tende a operar no modo extrativista. Vou apresentar agora a primeira modalidade desse extrativismo que consiste em retirar das práticas descoloniais do seu contexto e torná-las mercadorias, como já havia indicado Nego Bispo quando se referia à ecologia, palatáveis para a linguagem hegemônica e branca.

É muito delicado citar trabalhos especificamente no que concerne a essa prática que estou de algum modo criticando. O risco de que meu artigo seja tomado numa dimensão pessoal é imenso. E isso desvia aquilo que pode eventualmente ser potente no meu texto. Nesse sentido, vou procurar me ater sobretudo às práticas extrativistas que governam parte da produção intelectual da branquitude e que parecem deixar intacta a supremacia branca nos modos de fazer epistemologias, especialmente na filosofia e na psicanálise.

É comum perceber em produções acadêmicas que mencionam os autores supracitados que a reflexão por eles ensinada são apresentadas como críticas do universal que apontam como os discursos universais excluíram certos povos por uma espécie de incapacidade de incorporar a diversidade. Nessas ocasiões as críticas descoloniais são postas como forma de correção e ajustes da crítica de matriz europeia. Em geral, essa postura é acompanhada da prática do recurso a citações isoladas desses autores e como se esses autores estivessem reafirmando

a importância de ampliar o escopo do universal. Trata-se de retirar das obras uma forma de melhorar ou ampliar o universal ocidental. Essa prática termina por esterilizar as práticas descoloniais para as tornar objeto de uma espécie de commodity acadêmica. Essa postura intelectual é feita acompanhada de um posicionamento desses pensadores numa dimensão insular nas referências bibliográficas como se os seus pensamentos refletissem apenas as suas posições individuais ou que eles deveriam configurar apenas como cotas epistêmicas.

É como se pensadores e pensadoras descoloniais estivessem oferecendo matérias primas essenciais para a branquitude para que ela transformasse esse conhecimento em incremento teórico com vistas a fortalecer as suas afirmações universais ou certas correções dessas afirmações. É como se a radicalidade das posições descoloniais aqui anunciadas estivessem a serviço da branquitude para corrigir os seus limites sem que estivesse em curso uma crítica à supremacia branca e à própria enunciação de um universal seja qual for ele e que é oriundo do Norte Global.

O uso do termo humanismo em Fanon, por exemplo, pode levar ao equívoco de que ele estaria propondo um novo humanismo sobre as bases do humanismo clássico. O uso do mesmo termo não implica que estejamos falando da mesma compreensão que lastreia a noção de humanidade. É por isso que se pode, no caso da obra de Fanon, ler os seus escritos como se fossem ideias fragmentadas a partir das quais a branquitude poderia se servir de uma dessas ideias e deixar a conexão revolucionária entre elas, de lado. Ou seja, a retirada do pensamento de Fanon de sua base revolucionária e não assimilacionista é uma das estratégias extrativistas empreendidas pela branquitude.

É, nessa perspectiva, que a cooptação acadêmica do pensamento negro é empreendida no Brasil, mas não apenas aqui, ganha um novo contorno quando estão na tela pensadores revolucionários. Sueli Carneiro foi precisa quando afirmou que os poderes dominantes da branquitude isolam os intelectuais negros insurgentes e tornam a sua experiência na academia insular por meio do exercício do dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023, p. 28). É fundamental dizer que esse dispositivo é reatualizado quando a branquitude se apropria dos saberes insurgentes para lhes retirar o caráter revolucionário e guardar apenas o que pode servir de commodity acadêmica. Em outras palavras, o colonialismo e o racismo, observa Sueli Carneiro: “se constituíram enquanto aparato global de destruição de corpos, mentes e espíritos, pela vinculação e subordinação cognitiva do dominado aos parâmetros da epistemologia ocidental” (Carneiro, 2023, p. 22). A forma como o epistemicídio, nos termos de Sueli Carneiro, tem atuado na leitura dos intelectuais negros como Fanon é pelo que estou chamando de extrativismo porque se reconhece a importância do seu pensamento, mas por meio de uma seleção de suas ideias que apagam o caráter revolucionário de sua obra cuja guerra contra a colonização é, em parte, uma guerra contra o ocidente (Faustino, 2018). Ou seja, se o epistemicídio estava localizado no não reconhecimento dos intelectuais negros como “fontes primárias da pesquisa” (Carneiro, 2023, p. 11), o extrativismo epistêmico repousa na seleção de partes do pensamento de intelectuais negros e indígenas sem que se considere que a sua totalidade é uma declaração mais ou menos explícita de guerra ao ocidente.

Se o extrativismo opera na apropriação do pensamento de Fanon, que fez os seus estudos na França, no sentido de apagar a sua crítica radical à colonização e ao ocidente, no que concerne aos pensamentos de Negro Bispo e Krenak, que estão inscritos na prática dos seus territórios sem um diálogo com a tradição europeia, o extrativismo epistêmico apresenta contornos de uma higienização contundente. É possível reconhecer um ponto de convergência ainda maior entre Krenak e Nego Bispo no tocante ao objetivo comum de se opor à colonização nas suas mais variadas derivas. Essa oposição se dá por uma dissolução da pretensão ocidental

de distinção entre o ser humano e o mundo. Nessa perspectiva, é possível acompanhar a confluência das palavras de Krenak e Nego Bispo a respeito da natureza como algo que não seja humano. Para Krenak: “Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza” (Krenak, 2019, p. 22), ao passo que para Nego Bispo “As pessoas falam de racismo, mas discutem o racismo apenas dentro da espécie humana. Entretanto, a questão é muito mais ampla” (Bispo, 2023, p. 62).

As práticas e saberes do quilombo e do povo Krenak, representado pela figura de Ailton Krenak, não partem da noção de humanidade colonial porque não há a centralidade do ser humano na natureza. Por isso, essas práticas e saberes não se referem a uma tentativa de incluir os quilombolas e os povos indígenas na condição de humanos, mas elas delimitam que a noção de humanidade lhes é estranha e está conjugada com a colonização através da qual a terra se tornou mercadoria em função da “ganância do homem branco”. Assim, abordagens que tentam humanizar indígenas em geral e quilombolas, por esses povos terem sido considerados menos humanos pela colonização, operam um extrativismo epistêmico porque insistem na ideia de humanidade como categoria que deveria orientar o pensamento e a organização dos direitos quando o que está em jogo é a negação dessa categoria como expressão de uma universalidade.

A noção de humanidade, se é que se pode usar esse termo (Viveiro de Castro, 2017), na tradição quilombola de Nego Bispo e na tradição indígena de Krenak, está em dissonância com o que o Ocidente elegera como humanidade. A separação mesma do ser humano da natureza, como se a humanidade fosse uma propriedade apenas do ser humano (Klein; Andrade, 2025), não tem sentido e é estranha para muitos povos. Desconsiderar esse ponto para extrair daquelas referidas tradições apenas o que convém na compreensão do que seria humanidade é um procedimento que estou chamando de extrativismo epistêmico.

## Extrativismo epistêmico: conceitos fora do contexto e expropriação de ideias

Nesta parte do artigo, irei trabalhar outra faceta do extrativismo epistêmico que se desenha em duas frentes que de algum modo dialogam com o importante e recente artigo de Wanderson Flor Nascimento em cujo centro está mais precisamente como certas pesquisas das humanidades têm se apropriado da experiência dos terreiros de forma extrativista (Nascimento, 2020). Assim, para tocar neste ponto, já iniciado por Wanderson Flor Nascimento, eu vou me ater a duas formas que podem traduzir o modo como o extrativismo epistêmico tem atuado na filosofia e na psicanálise. Por um lado, pela apropriação de palavras e conceitos de perspectivas descoloniais sem considerar a relação desses conceitos com os seus respectivos territórios. Por outro lado, pela necessidade de associar um pensador descolonial com um pensador “clássico” ou “canônico” para que a pesquisa possa ser legitimada na academia.

Uma rápida folheada em livros e artigos mais recentes, especialmente nas áreas de filosofia e psicanálise, nos permite detectar que palavras como “ginga, samba, capoeira, brasileira(o), cultura brasileira, mistura e etc.” passaram a permear a produção acadêmica brasileira. É evidente que isso não é um pensamento hegemônico, considerando que é ainda uma minoria de textos que tratam do tema diante do mar de autores canônicos e clássicos referenciados na maioria da produção acadêmica (ver, por exemplo, na filosofia estudo feito por Fanton *et al.*, 2024). Tenciono sublinhar, com efeito, que mesmo tratando de autores e autoras abertamente descoloniais ou contracoloniais, como os aqui citados, ou de alguns dos seus conceitos, a produção acadêmica não retira do centro o projeto de hegemonia branca na epistemologia na forma de uma monocultura branca.

Por exemplo, a interpretação de termos como ginga, cujo território é a capoeira, tendem a traçar uma compreensão da psicanálise como se a história da psicanálise pudesse ser explicada por termos próprios da cultura brasileira. Há uma tentativa de extração de um conceito do seu território para o tornar uma espécie de moeda aplicável a toda história da psicanálise que já carregaria no seu bojo uma ginga própria. O extrativismo funciona neste conceito como um processo de desterritorialização da ginga e uma transformação dessa prática numa chave de explicação em certo sentido universal porque já estaria na própria história da psicanálise de modo mais ou menos implícito. Notadamente, o que está em evidência aqui está longe de ser uma denúncia de anacronismo. Meu ponto é que a extração de uma prática da cultura brasileira para servir à história da psicanálise europeia presta-se mais a um reconhecimento e potência do saber europeu do que se constitui como uma valorização da cultura brasileira *per se*.

Esse movimento de extração epistêmica sempre visa ao benefício das teorias europeias no sentido de explicá-las, mostrar as suas contradições e limites. É nessa mesma perspectiva que muitas vezes as práticas descoloniais ou contracoloniais são apresentadas como se servissem para mostrar o limite da postura universal, ao passo que elas não estão instituindo limites para o universal, mas denunciando o seu caráter colonial.

Nessa perspectiva, a prática de colocar autores descoloniais e do Norte Global como se as suas obras estivessem indicando um ponto em comum pode ser entendida, pelo menos em alguns contextos, como um modo de operação do extrativismo epistêmico. É como se as obras descoloniais estivessem na intenção de dialogar com a perspectiva universalista que lhes é imposta pela hegemonia branca. Ou ainda, trata-se de justificar a entrada de autores descoloniais na academia, mas pela chancela de autores clássicos da branquitude. É nesse contexto que muitas vezes ocorre o que pode ser entendido como superposição de temas na qual o extrativismo funciona por uma retirada da potência disruptiva das teorias descoloniais ou contracoloniais porque as retira do seu território para servir de patamar muitas vezes de ratificação das teorias do Norte Global.

Não apenas as teorias descoloniais ou contracoloniais, mas também certas práticas como o candomblé e práticas de culturas indígenas são associadas a conceitos da psicanálise e da filosofia como se todos estivessem no mesmo patamar epistêmico quando as suas raízes apontam para uma dimensão radicalmente diferente porque enquanto em geral as teorias do Norte Global estão assentadas numa cultura monoteísta, as referidas tradições frequentemente partem de uma compreensão de mundo que não é centrada na figura de um Deus único e absoluto (Nascimento, 2020). Ou seja, são teorias e práticas que se assentam em cosmopercepções profundamente diferentes e que demonstram modos muito diferentes de lidar com as demais entidades naturais, de sorte que a divisão entre natureza e cultura muitas vezes não tem qualquer sentido para parte dos povos quilombolas e indígenas. É por isso que Nego Bispo é enfático quando afirma que não lida com o desenvolvimento, mas sustenta a prática de um envolvimento, considerando que o principal é reconhecer a composição de uma totalidade orgânica da existência (Bispo, 2023).

É evidente que não existem culturas separadas. Entretanto, se continuamos com a imagem da extração, proposta no presente artigo, é notável que a relação que as posições descoloniais e/ou contracoloniais guardam com o território, no qual são cultivadas, é dissonante da relação de apropriação e exploração dessas posições realizadas e empreendidas por teorias centradas no Norte Global. As posições descoloniais e/ou contracoloniais não estão exigindo que o pensamento do Norte Global seja uma cópia do pensamento produzidos nos quilombos, aldeias e demais espaços de resistência, ao passo que as posições coloniais se consolidam por determinarem quais são os saberes que devem ser replicados nas academias e sob que circuns-

tâncias esses saberes e práticas podem figurar no universo acadêmico. A última palavra fica com a branquitude que muitas vezes determina que a aceitação de uma posição descolonial e/ou contracolonial tem que vir acompanhada com um diálogo com a tradição que não espelha outra coisa senão a hegemonia branca.

No presente artigo apresentei uma leitura singular do conceito de extrativismo epistêmico com vistas a mostrar que muitas abordagens de práticas e saberes descoloniais e contra-coloniais não operam de forma justa. Com efeito, com esse conceito não pretendo desfazer da tarefa de pôr em diálogo diferentes culturas e saberes, mas traçar os vetores que não produzem condição para o diálogo porque partem, em alguma medida, da hegemonia branca. Ou seja, o que o artigo apresentou foram os termos que dificultam o debate e não uma impossibilidade para o debate. Assim, o artigo se encerra com a compreensão de que é necessário respeitar a territorialidade das ideias e reconhecer o terreno do qual as teorias universalistas brotam como se fossem um guia para a produção intelectual quando elas são parte de um território, de uma história e de uma cultura como as demais culturas. É preciso, como apontou Wanderson Flor do Nascimento, enterrear as ideias (Nascimento, 2020). Em outras palavras, para evitar o que chamei de extrativismo epistêmico é preciso não retirar as ideias do seu solo, nem do seu tempo. Ou ainda, não se trata de questionar autores ou teorias consideradas clássicas ou canônicas, mas a própria ideia de que algo pode ser clássico ou canônico.

## Referências

- ANDRADE, Érico. *Negritude sem Identidade: sobre as narrativas singulares das pessoas negras*. São Paulo: N-1, 2023.
- ANDRADE, Érico; KLEIN, Thais. *Cartas a um velho terapeuta: a experiência de uma psicanálise não-identitária*. São Paulo: N-1, 2025.
- BISPO, Nego. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. São Paulo: Zahar, 2023.
- CASTRO, Eduardo Viviero. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: UBU, 2017.
- FANON, Frantz. *Condenados da Terra*. São Paulo: UBU, 2022.
- FANTON, Marcos; MOTA, Hugo; ARAÚJO, Carolina; SEIXAS, Mieteli; CANUTO, Raquel. Philosophical research in Brazil: A structural topic modeling approach with a focus on temporal and gender trends. *Metaphilosophy*, v. 55, n. 3, p. 283-513, jul./2024.
- FAUSTINO, Daivison. *Fanon: um intelectual particularmente negro*. São Paulo: Cide Editorial, 2018.
- GROSFOGUEL, Ramón. Del extractivismo económico al extractivismo epistémico y al extractivismo ontológico: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. *Tabula Rasa*, n. 24, p. 123-143, 2016.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- NASCIMENTO, Wanderson Flor. Enterreirando a investigação: sobre um *ethos* da pesquisa sobre subjetividades. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 72, p. 199-208, 2020.

---

#### **Sobre o autor**

##### **Érico Andrade**

Doutor em filosofia pela Sorbonne (Paris IV). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Pernambuco. Realiza estágio de pós-doutorado na teoria psicanalítica na UFRJ. Autor de *Negritude sem Identidade: sobre as narrativas singulares das pessoas negras* (São Paulo, ed. N-1, 2023) e coautor de *Cartas a um velho terapeuta: a experiência de uma psicanálise não identitária* (São Paulo, N-1, 2025). Autor de vários artigos científicos, traduções, críticas de cinema, artigos na imprensa e vários livros. Compõe o Coletivo Pontes da Psicanálise. Foi Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF 2023-2024).

Recebido em: 01/07/2025  
Aprovado em: 15/08/2025

Received in: 07/01/2025  
Approved in: 08/15/2025